

Desenvolvimento regional, saída para a crise

OTTOMAR PINTO SOUSA

A economia brasileira registrou um crescimento extraordinário nos últimos 50 anos, em média sete por cento anual. Durante este período de bonança econômica, nosso País alcançou, muito justamente, o oitavo lugar no "ranking" mundial. Essa performance surpreendente, no entanto, não se refletiu, infelizmente, no perfil da distribuição da renda nacional, que mostra um quadro de injustiça social crescente, responsável pela posição vexatória do Brasil nas estatísticas internacionais de distribuição da riqueza, fato que compromete a idoneidade moral brasileira no contexto das nações desenvolvidas.

Nos últimos dez anos, a situação econômica brasileira deteriorou-se consideravelmente. A partir de 1982, após a quebra financeira do México, os credores internacionais retraíram-se e passaram a agir duramente em relação aos países credores, exigindo-lhes a prática de uma ortodoxia econômica com o objetivo de os obrigarem, dessa forma, a continuar pagando os juros da dívida externa, através da contenção dos salários, do estímulo às exportações em contraposição ao crescente empobrecimento do mercado interno. Chegara o fim da era dourada, durante a qual o País desenvolveu sua economia apelando para o endividamento externo, e a hora de pagar a conta insuportável da dívida.

O atual perfil da renda nacional,

composta de 70 por cento de rendimentos do capital (juros, lucros e aluguéis) e de somente 30 por cento de rendimentos dos salários — perfil inversamente proporcional ao vigente há 30 anos no País e ao que se apresenta, hoje, nos países capitalistas desenvolvidos —, demonstra claramente que o modelo econômico concentrador de renda não atende mais os anseios nacionais. Urge alterá-lo para abrir espaço à justiça social. A renda superconcentrada, afinal, transformou-se no maior obstáculo ao crescimento econômico. De um lado, assiste-se ao fenômeno da super-riqueza — um por cento da população detém mais de 30 por cento da riqueza, enquanto mais de 60 por cento dos brasileiros mais pobres não detém sequer dez por cento da renda acumulada — e, de outro, a superpobreza. Os ricos não constituem número suficiente para demandar o processo econômico, ao passo que os numerosos miseráveis não têm renda suficiente para consumir. O impasse é visível e dramático.

A região amazônica, dentro dessa avaliação global, deve merecer atenção especial do Governo na elaboração de projetos voltados para o estímulo à descentralização econômica nacional. Roraima, por exemplo, dispõe de condições excepcionais para contribuir com esse propósito verdadeiramente patriótico. Projetos para serem materializados existem, como é o caso da ligação rodoviária do estado com países limítrofes, que permitiria dar impulso considerável à integração latino-americana. Não há

dúvida que não se deve considerar o crescimento da região amazônica sem falar no processo de integração latino-americana, pois o destino da região interessa aos povos irmãos da Venezuela, Peru, Guianas e Brasil, além dos demais povos, atualmente com os olhos voltados para o que acontece na Amazônia.

O Governo brasileiro deve conferir prioridade à regionalização do processo econômico na região Norte, para que o mesmo não se faça ali de maneira irracional, levando perigo ao necessário equilíbrio entre a preservação ambiental e a transformação do meio ambiente pelo impacto do progresso. Assiste-se, no momento, à ainda lenta desconcentração do desenvolvimento econômico nacional. Para que ela se faça sem comprometer o necessário equilíbrio ecológico, cumpre que se atente para a implementação de um crescimento regional responsável de par com o atendimento do anseio nacional de integrar-se efetivamente ao continente latino-americano por meio do progresso material, que virá mais cedo ou mais tarde. Essencialmente, essa é nossa maior preocupação e nossa disposição de trabalhar para integrar a região amazônica no contexto econômico nacional e ao mesmo tempo preservando-a das ações irresponsáveis dos que desejam o progresso a qualquer custo.

■ **Ottomar Pinto Sousa** é deputado federal (PTB) e candidato ao governo de Roraima.